

# OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

## INFORME BRASIL Nº 153

Período: 04/12/04 a 10/12/04

### Franca – Brasil

- 1- Abin firma convênio de cooperação com Secretarias de Segurança dos estados brasileiros
- 2- Abin pode levar até dez meses para catalogar arquivos da ditadura
- 3- Subsecretário da ONU diz que Brasil tem chances de ocupar vaga no Conselho de Segurança
- 4- Marinha ajuda a controlar incêndio em ilha do litoral de São Paulo
- 5- Marco Aurélio critica posição das grandes potências diante o Haiti
- 6- Comandante do Exército muda seu discurso ao comentar sobre a Internacional Comunista
- 7- Exército causa polêmica com a construção de estande de tiros em Niterói
- 8- **Abertura de Arquivos I:** Arquivos da Guerrilha do Araguaia serão abertos
- 9- **Abertura de Arquivos II:** Diretor geral da Abin concorda com a abertura dos arquivos
- 10- **Abertura de Arquivos III:** Comissão interministerial estudará abertura
- 11- **Abertura de Arquivos IV:** Decreto que prorroga sigilo de documentos é revogado e causa confusão
- 12- **Abertura de Arquivos V:** Estado do Ceará proíbe acesso a arquivos
- 13- Brasil e EUA ampliarão cooperação nuclear
- 14- Alencar defende a reativação da indústria de armamentos
- 15- Falha no software pode ter causado acidente entre navios das Marinhas argentina e brasileira
- 16- Comissão decide unificar orçamento das Forças Armadas
- 17- Aeronáutica apura assassinato de soldado
- 18- Ministério da Defesa editará medida provisória para aviação civil
- 19- Exército destrói armas recolhidas na campanha do desarmamento
- 20-

### Abin firma convênio de cooperação com Secretarias de Segurança dos estados brasileiros

Segundo o jornal *O Globo*, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) firmou um convênio com as Secretarias de Segurança de 25 estados brasileiros, mais o Distrito Federal, para formar policiais civis e militares na Escola de Inteligência da Abin. Com isso, a Agência pretende ampliar seu aparato de investigação com a troca de informações policiais e estratégicas. Segundo o chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Jorge Armando Félix, o desejo da Abin de estreitar suas relações com as áreas de segurança dos estados é antigo, fato que dará ao Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) maior efetividade. (Folha de S. Paulo – Brasil – 04/12/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 04/12/04; O Globo – O País – 04/12/04).

#### Abin pode levar até dez meses para catalogar arquivos da ditadura

O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou que a abertura dos arquivos da ditadura militar (1964/1985) poderá demorar, pois, mesmo que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva decrete a abertura imediatamente, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) levará de oito a dez meses para transferir os relatórios microfilmados para arquivos eletrônicos. Com a catalogação de todo material herdado do Serviço Nacional de Segurança pela Abin, estima-se que sejam gerados mais de quatro mil relatórios sobre a ação de organizações de esquerda e seus militantes durante a ditadura. Além disso, o tempo para abrir os arquivos pode ser prolongado devido ao questionamento de autoridades, algumas delas assessores do Gabinete de Segurança Institucional, sobre a legalidade da divulgação desses arquivos. Não só partidos e organizações de esquerda estão registrados nos documentos, mas também pessoas que podem não aceitar a sua divulgação. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 04/12/04).

#### Subsecretário da ONU diz que Brasil tem chances de ocupar vaga no Conselho de Segurança

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o subsecretário da Organização das Nações Unidas (ONU), Zéphirim Diabré, disse que o Brasil tem chances de conseguir uma cadeira no Conselho de Segurança devido a seu “tamanho, importância e representatividade”. Entretanto, Diabré relatou que a reforma da ONU, que está sendo discutida a pedido do secretário-geral, Koffi Annan, não prevê o poder de veto para os novos membros, posição almejada pelo Brasil. Já o jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou que a comissão de reforma da ONU propôs que a adesão ao Protocolo Adicional de inspeções nucleares, regulado pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), seja obrigatória a todos os países e, caso alguma nação se recuse a aderir ao protocolo, ou a cumpri-lo, o Conselho de Segurança seja acionado. Essa proposta ainda deve passar pelo aval de Koffi Annan, para depois ir à votação na Assembleia Geral. É importante ressaltar que o Brasil tem sido pressionado a aderir ao protocolo, por conta de suas instalações nucleares em Resende (no estado do Rio de Janeiro), mas ainda não apresentou sua decisão final. O jornal *Folha de S. Paulo* disse, ainda, que especialistas no assunto afirmaram que o Brasil certamente não terá poder de veto. O jornal completou dizendo que a Argentina tem feito grande oposição a entrada do Brasil no Conselho de Segurança (CS), principalmente após uma aliança firmada com o Paquistão para bloquear o aumento no número de vagas permanentes no CS. (Folha de S. Paulo – Mundo – 04/12/04; O Estado de S. Paulo – Internacional – 04/12/04; Folha de S. Paulo – Mundo – 05/12/04).

#### Marinha ajuda a controlar incêndio em ilha do litoral de São Paulo

O jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que a Marinha brasileira compôs uma força-tarefa em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e com o Corpo de Bombeiros de São Paulo para controlar um incêndio na ilha dos Alcatrazes (litoral norte do estado de São Paulo).

Não se sabe ainda as causas do incêndio, mas ambientalistas acusaram a Marinha, que pratica exercícios de tiro no local. Entretanto, a Marinha negou, alegando que esse tipo de exercício não havia sido praticado durante a semana do incêndio (Folha de S. Paulo – Brasil – 04/12/04).

#### Marco Aurélio critica posição das grandes potências diante o Haiti

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o assessor da Presidência da República para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, criticou a posição das grandes potências de dificultar o envio de verbas para o Haiti, já que as forças brasileiras que estão no país liderando a Força de Paz das Nações Unidas passam por dificuldades financeiras. O jornal afirmou que o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, pediu ao secretário de Estado americano, Collin Powell, empenho em “desburocratizar a ajuda” ao Haiti. Amorim se refere à quantia de US\$ um bilhão, arrecadada pela ONU e ainda não liberada pela burocracia que exige a apresentação de projetos bem elaborados. Segundo o jornal não houve nenhum comprometimento dos EUA. Segundo a *Folha*, as principais agências de ajuda internacional alegam que o principal problema para envio de dinheiro ao Haiti é a insegurança. A diretora do Banco Mundial para o Caribe, Caroline Anstey, justificou o atraso para disponibilizar as verbas para programas anticorrupção, de infra-estrutura, entre outros, dizendo que se deve ter certeza de que o dinheiro realmente chegue aos haitianos, temendo um desvio. Já o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) alegou que a violência e a pouca capacidade do governo haitiano para administrar projetos são os dois principais agravantes que dificultam o investimento dos 325 milhões de dólares disponibilizados pelo banco para a reconstrução do Haiti. O jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou que no dia três de Dezembro 261 dos 1200 militares enviados na missão de paz para conter a violência no Haiti retornaram ao Brasil. (Folha de S. Paulo – Mundo – 04/12/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 07/12/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 04/12/04; Folha de S. Paulo – Mundo – 10/12/04).

#### Comandante do Exército muda seu discurso ao comentar sobre a Internacional Comunista

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o Exército brasileiro mudou o tom de seu discurso ao divulgar uma nota comentando a Internacional Comunista, movimento político-militar ocorrido em 1935 que visava derrubar o presidente Getúlio Vargas e implantar um governo comunista no país. A nota foi elaborada pelo Comandante do Exército, general Francisco Roberto de Albuquerque, e apresentava um tom cauteloso, afirmando que o Exército não visa “estimular ressentimentos” e que os tempos atuais são de “entendimento e reconciliação”. Militares da reserva estranharam a nota, já que o comandante do Exército foi responsável pela formulação de um texto agressivo que enaltecia as ações repressivas durante a

ditadura militar (1964-1985), fato que culminou com a renúncia do ex-ministro da Defesa, José Viegas. (Folha de S. Paulo – Brasil – 04/12/04).

#### Exército causa polêmica com a construção de estande de tiros em Niterói

O jornal *Folha de S. Paulo* publicou que o Exército brasileiro está sendo acusado pelo Conselho Comunitário da Orla da Baía de Guanabara de aterrar um brejo em Niterói, e, dessa forma, prejudicar o ecossistema da região. O presidente do conselho, José de Azevedo, enviou ao Ministério do Meio Ambiente um dossiê sobre o aterro, no qual classificava a ação do Exército de “crime ambiental” e “desastre ecológico”. Sobre o aterro será construído um estande de tiros. O Comando Militar do Leste não comentou o assunto por considerar que a questão já está na Justiça. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 04/12/04).

#### Abertura de Arquivos I: Arquivos da Guerrilha do Araguaia serão abertos

O jornal *Folha de S. Paulo* informou que a sessão do Tribunal Regional Federal em que foi julgada a quebra do sigilo dos arquivos sobre a Guerrilha do Araguaia, ocorrida esta segunda-feira 6, foi pública. Segundo *O Estado de S. Paulo*, a notícia não foi bem recebida pelos militares, embora estes insistam que não tenham nada a esconder e que não há nada comprometedor. Em sua decisão, o relator da matéria, desembargador Souza Prudente, determinou a retirada do registro de segredo de Justiça do processo. No entanto, a abertura dos arquivos da Guerrilha do Araguaia não será feita de forma imediata, mas sim cautelosa, a fim de evitar uma crise com os militares, como ficou claro nas palavras do Ministro da Defesa José Alencar. O ministro da Justiça, Marcio Thomaz Bastos, declarou que o governo guarda cópias autenticadas dos arquivos sobre o Araguaia e revelou que parte desses documentos foi utilizada pelo grupo interministerial criado pelo governo no fim de 2003. Tal informação sempre foi, e continua sendo, oficialmente negada pela equipe de Luiz Inácio Lula Da Silva. A *Folha de S. Paulo* apurou que o governo está hesitante em divulgar a existência de tais cópias porque ainda não tem certeza se elas reproduzem os documentos oficiais do regime militar. Além disso, como publicado no mesmo jornal, integrantes da cúpula do governo admitiram que o governo ainda não dispõe de todas as informações sobre o assunto e que é preciso um certo tempo para organizar todo o material. O *Jornal do Brasil* noticiou que os 23 autores da ação pela abertura dos arquivos pedem que a União exiba os documentos confidenciais, indique o local exato onde teriam sido cremados os corpos dos guerrilheiros, ou mesmo o local das sepulturas, e emita os atestados de óbito dos mortos no conflito. Segundo relatos de membros das Forças Armadas reproduzidos pelo *Estado*, será difícil localizar os corpos das vítimas. De acordo com os militares, os corpos teriam sido trocados de lugar até mais de uma vez. As informações dos arquivos não serão, segundo Alencar, abertas publicamente para preservar a intimidade das vítimas. A Guerrilha do Araguaia foi iniciada por militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em 1966 e combatida pelo Exército até 1974. O jornal relatou que ativistas de direitos humanos acusam o governo de negar a existência dos arquivos para evitar constrangimentos com os militares. De acordo com a *Folha*

de S. Paulo, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª região rejeitou o recurso contra a abertura dos arquivos da Guerrilha do Araguaia e manteve por unanimidade a sentença que obriga a divulgação dos documentos. Ministros e outras autoridades serão convidados pelo Tribunal para uma audiência até dia 15 de dezembro para discutir como será efetivada a decisão. Devem participar os ministros da Defesa, José Alencar, da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, os comandantes das três Forças e o diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Nas palavras do Ministro da Defesa, não haveria resistências à abertura dos arquivos, já que vivemos num regime democrático. Segundo o jornal, antes de a Advocacia Geral da União (AGU) decidir se vai entrar com recurso ou não, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ao secretário nacional dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, que não recorrerá. O ministro da Justiça também declarou que o governo não recorrerá. *O Estado de S. Paulo* informou que a decisão do TRF obriga o governo a informar onde foram enterrados os corpos dos guerrilheiros, providenciar o traslado e o novo sepultamento dos restos mortais. O jornal afirmou que a maior preocupação do governo é preservar os dados estratégicos de Estado sem prejudicar a divulgação dos arquivos pedidos. Segundo *O Globo*, o desembargador Prudente disse que as autoridades não são obrigadas a comparecerem à audiência, mas se isso ocorrer, a Justiça pode determinar a busca e apreensão de documentos e até abrir inquérito policial por prevaricação, caso dificultem o trabalho. *O Jornal do Brasil* afirmou que a resolução estabelece um prazo de 120 dias para indicar o local onde estão enterradas as vítimas. (Folha de S. Paulo – Brasil – 05/12/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 07/12/04; Jornal do Brasil – Brasil – 06/12/04; Jornal do Brasil – Brasil – 07/12/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 07/12/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 09/12/04; O Globo – O País – 07/12/04; O Globo – O País – 09/12/04).

#### **Abertura de Arquivos II: Diretor geral da Abin concorda com a abertura dos arquivos**

O jornal *Folha de S. Paulo* informou que o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), delegado Mauro Marcelo de Lima e Silva, reclamou que está com um problema nas mãos e defendeu a abertura dos documentos da ditadura (1964-1985). Técnicos fazem o trabalho de higienização dos documentos, a serem remetidos da sede da Abin para o Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Lima e Silva, porém, apresentou duas limitações à abertura: o excesso de material, com 4 milhões de páginas só do antigo Serviço Nacional de Informações (SNI), antecessor da Abin; e o conteúdo, que pode constranger os perseguidos da ditadura e seus familiares. Para ele, os perseguidos devem decidir sobre o destino dos papéis. (Folha de S. Paulo – Brasil – 05/12/04).

#### **Abertura de Arquivos III: Comissão interministerial estudará abertura**

Segundo o *Estado de S. Paulo*, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou, através de medida provisória, a Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas para estudar a abertura dos arquivos da ditadura militar. De acordo com o jornal, o grupo é coordenado pela Casa Civil e conta com o apoio

dos ministros da Justiça, da Defesa, dos Direitos Humanos, das Relações Exteriores e do Gabinete de Segurança Institucional. A comissão analisará o que fazer com os relatórios do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI) e estimulará a obtenção de arquivos particulares de militares na reserva. O presidente prefere conduzir o assunto com reserva para evitar a cobertura intensiva da mídia e a pressão pela abertura imediata dos arquivos, informou o jornal. A idéia inicial para preservar a intimidade dos perseguidos, defendida pelo Presidente Lula, pelo ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos e pelo ministro de Direitos Humanos Nilmário Miranda, é a de deixar que os perseguidos ou suas famílias decidam se o documento deve ser liberado ou não. A colunista da *Folha de S. Paulo*, Eliane Catanhêde criticou o fato de que as autoridades só se referem aos arquivos de inquérito que colocavam os adversários como réus de crimes de corrupção, dos tribunais de exceção que cassavam mandatos políticos e do Sistema Nacional de Informações (SNI) que investigava na base da pressão e esquecem os arquivos em que práticas de tortura e depoimentos falsos eram confundidos como a verdade. (Folha de S. Paulo – Brasil – 06/12/04; Folha de S. Paulo – Opinião – 07/12/04; Folha de S. Paulo – Nacional – 10/12/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 09/12/04).

#### **Abertura de Arquivos IV: Decreto que prorroga sigilo de documentos é revogado e causa confusão**

Segundo o jornal *O Globo*, o dia dos Direitos Humanos, 10 de dezembro, foi comemorado esta semana com a assinatura de um decreto presidencial revogando o decreto 4.553 assinado em 2002 pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, que ampliou o tempo de sigilo obrigatório de documentos oficiais, estendendo-o, em alguns casos, por tempo indeterminado. Entretanto, a divulgação de novas regras gerou confusão. O jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que o governo divulgou um decreto por volta das 20 horas do dia nove anunciando que os novos prazos para a abertura dos arquivos eram de 30 anos para ultra-secretos, 25 anos para secretos, 20 anos para confidenciais e 10 anos para reservados, diferentemente dos que havia sido dito pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, o qual prometeu prazos menores. Contudo, uma hora depois, o Palácio do Planalto informou que o decreto estava incorreto, e que os novos prazos de sigilo deveriam seguir um decreto do ano de 1997, que estabelecia 30 anos para os arquivos ultra-secretos, 20 anos para os secretos, 10 anos para os confidenciais e 5 para os reservados. Além disso, os prazos poderiam ser prorrogados somente mais uma vez. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, apesar de o governo ter anunciado que a versão divulgada às 20 horas era apenas um erro de edição, até às 22h35, o texto correto ainda não estava nas páginas do Diário Oficial para ser publicado no dia 10. Segundo *O Globo*, o ministro da Justiça disse que os documentos relacionados à repressão política estão espalhados e terão de ser procurados. O ministro relatou que diversos documentos foram destruídos e que outros estariam em poder do Congresso e de particulares e assegurou que os familiares das vítimas terão poder de veto sobre o conteúdo dos documentos. O advogado geral da União, Álvaro Ribeiro da Costa informou, de acordo com o *Estado*, que militares poderão ser chamados a prestar

esclarecimentos acerca de sua atuação durante o período de repressão. Este mesmo jornal revelou que o governo tem ciência da existência de arquivos secretos em poder da Agência Brasileira de Informação (Abin), Polícia Federal, Forças Armadas, Congresso, Ministério das Relações Exteriores, governos estaduais e particulares. O secretário nacional de Direitos Humanos, ministro Nilmário Miranda, afirmou que o decreto de Fernando Henrique Cardoso foi uma “armadilha”, uma vez que o ex-presidente teria conhecimento da dimensão do problema que o mesmo suscitaria. (Folha de S. Paulo – Brasil – 10/12/04; Jornal do Brasil – Brasil – 09/12/04; Jornal do Brasil – Brasil – 10/12/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 08/12/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 09/12/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 10/12/04; O Globo – O País – 09/12/04; O Globo – O País – 10/12/04).

#### **Abertura de Arquivos V: Estado do Ceará proíbe acesso a arquivos**

De acordo com *O Globo*, um projeto de lei aprovado pela Assembléia Legislativa do Ceará determinando o acesso público a documentos do antigo Serviço Estadual de Informação (SEI) foi vetado pelo governador Lúcio Alcântara, do estado do Ceará. O jornal esclareceu que parte das informações sobre presos políticos e pessoas investigadas durante a ditadura militar no Ceará está nos arquivos do SEI, criado em 1972. A assessoria do governador informou que o veto deveu-se ao fato do texto ser diferente do aprovado em plenário. No veto, o governador afirmou que a abertura dos documentos do período da ditadura é “inconveniente e inoportuna”. (O Globo – O País – 09/12/04).

#### **Brasil e EUA ampliarão cooperação nuclear**

O jornal *Estado de S. Paulo* informou que o Brasil e os Estados Unidos ampliarão os acordos de cooperação técnica sobre segurança nuclear que mantêm desde 1997. As conversações foram iniciadas no final de novembro, em Washington, pelo presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Odair Dias Gonçalves, durante uma visita que fez à Administração Nacional de Segurança Nuclear (NNSA). Em sua passagem pela capital americana, Gonçalves encontrou-se também com um grupo de especialistas em não-proliferação nuclear para atualizá-los sobre o acordo de aplicação das salvaguardas na planta de enriquecimento de urânio de Resende, que o governo concluiu com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Segundo o jornal, a instalação de Resende já está pronta para entrar em operação e o entendimento permitirá o início, ainda este mês, dos testes da primeira cascata de centrífugas de um dos quatro módulos planejados para a usina. Entretanto, o enriquecimento de urânio em escala industrial só começará no segundo semestre de 2005. A reunião, que ocorreu em almoço oferecido pelo embaixador do Brasil em Washington, Roberto Abdenur, em sua residência oficial, incluiu Gary Milholland, especialista em desarmamento da Universidade de Wisconsin, David Albright, presidente do Instituto pela Ciência e a Segurança Internacional, e Daniel Poneman, do grupo Scowcroft e co-autor de um artigo recente que propôs a suspensão do projeto de Resende. O jornal completou informando que o embaixador dos Estados Unidos

no Brasil, John Danilovich, reiterou a tranquilidade com que Washington vê o programa brasileiro de enriquecimento de urânio. Em palestra conjunta que fez com Abdenur, no Wilson Center, Danilovich destacou "a maneira responsável" com que o governo procedeu nos entendimentos com a AIEA. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 05/12/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 10/12/04).

#### Alencar defende a reativação da indústria de armamentos

O *Estado de S. Paulo* informou que o vice-presidente e ministro da Defesa, José Alencar, considera a reativação da indústria de armamentos inadiável e defende a reativação da indústria de fabricação de material bélico para atender à remodelação das Forças Armadas. A proposta está incluída no Plano Nacional de Indústria de Defesa que prevê encomendas iniciais de US\$ 3 bilhões. Segundo o jornal, Alencar afirmou que a ativação da indústria de defesa deve criar empregos e desenvolvimento tecnológico. O ministro também chamou atenção para a necessidade de se remodelar diversos setores das Forças Armadas. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 06/12/04).

#### Falha no software pode ter causado acidente entre navios das Marinhas argentina e brasileira

Segundo *O Globo*, um defeito no software que controla os canhões pode ter causado o disparo do contratorpedeiro "Sarandi" da Marinha argentina, contra a fragata brasileira "Rademaker", durante as manobras da Operação Fraternal. Um problema com o mesmo tipo de software foi detectado num exercício naval no sul da Argentina em 1996. O jornal informou que no acidente da semana passada quatro militares brasileiros e um oficial argentino ficaram feridos. A Operação Fraternal, realizada desde 1978 em conjunto com a Marinha Argentina, consiste em manobras e exercícios de tiro. A Marinha informou que foi aberto um inquérito policial-militar (IPM) para apurar o caso em até 40 dias. (O Globo – O País – 06/12/04).

#### Comissão decide unificar orçamento das Forças Armadas

De acordo com *O Estado de S. Paulo*, a comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara agrupou todas as propostas para investimentos no reaparelhamento e modernização das Forças Armadas em 2005 numa mesma emenda. Se aprovada a verba, estimada em pouco mais de R\$1 bilhão, o orçamento passará a ser administrado pelo Ministério de Defesa e não mais separadamente pelos comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica. Essa proposta só atinge a parte do orçamento de responsabilidade do Congresso. Segundo o jornal a intenção dos parlamentares é fortalecer o Ministério de Defesa. A parte do orçamento dos militares no projeto de lei do Executivo para o ano que vem foi elaborada separadamente por força. Para a Aeronáutica estão previstos R\$7,3 bilhões, outros R\$7 bilhões para a Marinha e R\$13,8 bilhões para o Exército, informou o jornal. A Comissão manteve separadas as previsões de investimentos de R\$270 milhões no programa Calha Norte e de R\$250 milhões

para a Marinha continuar com a pesquisa científica na Antártica. O orçamento separado por Força tira a responsabilidade do ministro da Defesa de decidir quanto, como e onde gastar com as Forças Armadas. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 07/12/04).

#### Aeronáutica apura assassinato de soldado

Segundo *O Globo*, o Comando da Aeronáutica instaurou um inquérito que estará concluído em 40 dias para apurar a morte do soldado Angelito Moreira de Souza, de 19 anos, encontrado com um tiro na cabeça no alojamento do Parque de Material da Aeronáutica, em Campo dos Afonsos. O jornal informou que um militar estaria preso. A Aeronáutica revelou a hipótese de que o soldado tenha sido morto após um desentendimento com outro colega. O jornal *Folha de S. Paulo* informou que o soldado do Exército Roberto Brito Rocha, de 19 anos, morreu baleado após um disparo acidental, no quartel da corporação em Teresinha (estado do Piauí). (O Globo – Rio – 07/12/04, *Folha de S. Paulo – Cotidiano* – 10/12/04).

#### Ministério da Defesa editará medida provisória para aviação civil

Segundo o *Jornal do Brasil*, o Ministério da Defesa está preparando uma medida provisória que estabelece o Regime de Administração Especial Temporária da Aviação Civil (Raetac) e cria o arcabouço jurídico para liquidação extrajudicial das empresas aéreas em dificuldade. O Raetac poderia ser decretado pelo próprio ministro da Defesa, o vice-presidente José Alencar. Entretanto, a possibilidade de se aprovar essa medida provisória causou polêmica no Congresso Nacional. Deputados e senadores que acompanham o processo de reestruturação das companhias aéreas Varig e Vasp preparam um texto alternativo, o qual propõe a intervenção, mas não a liquidação extrajudicial das companhias em dificuldade. Segundo eles, as empresas não devem ser vendidas a investidores, que poderão até ser outra empresa aérea concorrente. O Editorial do *Jornal do Brasil* opinou que uma medida provisória, artifício político sujeito a questionamentos jurídicos, não é a melhor solução para se restabelecer o setor da aviação comercial, já que as duas companhias em dificuldade passam por momentos diferentes. A Varig apresenta uma sensível recuperação, e a Vasp continua perdendo espaço no mercado. O Editorial afirma que um melhor plano político seria o estímulo à competitividade. (*Jornal do Brasil – Economia* – 09/12/04; *Jornal do Brasil – Economia* – 10/12/04; *Jornal do Brasil – Editorial* – 10/12/04).

#### Exército destrói armas recolhidas na campanha do desarmamento

Segundo o jornal *O Globo*, o Exército participou da solenidade realizada pelo Ministério da Justiça em Brasília que destruiu dez mil armas recolhidas durante a campanha do desarmamento. De acordo com o *Jornal do Brasil* foram recolhidas 9.901 armas de fogo pelas Forças Armadas, que somadas às 190.307 entregues para a Polícia Federal, totalizaram 200.208 em cinco meses de campanha. A cerimônia de destruição das armas inaugurou as atividades do Centro Regional de

Treinamento em Segurança Pública para a América Latina e Caribe, em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU), que tem por objetivo aprimorar profissionais da área de segurança pública e estimular os planos de segurança dos estados e municípios. (Jornal do Brasil – Brasil – 10/12/04; Jornal do Brasil – Brasília – 10/12/04 O Globo – O País – 10/12/04).

#### SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – [www.folha.com.br](http://www.folha.com.br)

Jornal do Brasil – [www.jb.com.br](http://www.jb.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estado.com.br](http://www.estado.com.br)

O Globo – [www.oglobo.com.br](http://www.oglobo.com.br)

\*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [observatorio@franca.unesp.br](mailto:observatorio@franca.unesp.br)

\*\*O ***Informe Brasil*** é uma produção do ***Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES)*** do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), coordenado pelo Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre. É redigido por Adele Godoy (bolsista PIBIC/CNPq), Ana Cláudia Jaquetto Pereira (bolsista FAPESP) e Guilherme Miranda (graduandos em Relações Internacionais), sob a responsabilidade de Érica Winand (Pós-Graduanda em História/ bolsista CAPES). As informações aqui reproduzidas são de inteira propriedade dos jornais.